



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 76

Sessão Ordinária de Junho

1.ª Reunião de 28-06-2004

Aos vinte e oito dias do mês de Junho de dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, José Gomes dos Santos, Manuel Júlio Braga Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, António dos Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeira, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel Pinho Regala, Élio Manuel Delgado da Maia, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada não se verificaram faltas irrevogáveis à reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, e os Vereadores Lusitana Maria Geraldês da Fonseca, Marília Fernanda Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Joaquim Manuel Silva Marques e Ângelo Pereira Pires. Mais tarde chegaram o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e Manuel Fernando Ferreira Rodrigues.

O Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, nos termos do artigo 76.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, do Vogal António Manuel dos Santos Salavessa por António Manuel Pinho Regala.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que a Presidente de Junta de Freguesia, Maria Isabel Almeida Velada, se fez substituir nesta reunião, por José Gomes dos Santos.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Criação da Empresa Municipal do Parque de Exposições de Aveiro ;

Ponto 3. – Eleição de um representante da Assembleia Municipal para a comissão municipal para a concessão das autorizações de instalação ou modificação de estabelecimentos de comércio (cfr. Lei 12/2004, de 30 de Março).

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 70 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e sete votos a favor e uma abstenção.

Acta n.º 71 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 72 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e seis votos a favor e duas abstenções.

Acta n.º 73 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e cinco votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 74 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e cinco votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 75 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria de trinta e cinco votos a favor e três abstenções.

Membros da Assembleia

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPS/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigada, Sr. Presidente. É para fazer mais uma vez uma observação quanto à forma como são feitas as actas. Vou dar o exemplo do deputado Dr. Salavessa se requer – tem uma requisição permanente da transcrição das suas intervenções nas actas. Porque ao lermos as actas vemos a intervenção do Sr. Presidente da Câmara; isto são as intervenções do Sr. Dr. Salavessa, do Sr. Dr. Alberto Souto Miranda e eventualmente de um ou outro interveniente.

Portanto, não sei, já uma vez levantei a questão, achava que devíamos chegar a um entendimento. Eu penso que quem ler uma acta destas (porque há sempre gente com paciência para tudo) um dia vai ver o nome de vinte pessoas com as iniciais do Partido à frente e não percebe o que é que estivemos aqui a fazer. Portanto, do meu ponto de vista, as actas não transcrevem de facto aquilo que se passa aqui na Assembleia. Era para deixar este meu protesto.”

Presidente da Mesa

“Bem... eu sou escravo do Regimento. Foram V. Exas., ilustres colegas, que aprovaram este Regimento – não há transcrições se não forem pedidas. Nem me lembro bem qual foi a

minha opinião. A minha opinião era que devia ser transcrito sumariamente — que é uma coisa muito complicada de se fazer. Mas se isso estivesse determinado era assim que se faria.

Com o Regimento que temos, bem... são transcritas por extenso as intervenções de quem o pede. E pedir, é dizer no fim da intervenção ou no princípio “isto é para ser transcrito”. Agora, se não é dito... uma norma do género “eu, deputado fulano, requeiro que todas as minhas intervenções até ao final do mandato sejam transcritas”, eu não posso aceitar porque é subverter o Regimento.

Eu entendo que uma pessoa quando faz uma intervenção de particular interesse, que acha que é importante para o futuro, gosta que isso fique registado — eu compreendo isso.

Para os tais perfeccionistas e analistas políticos, quem quer saber exactamente quanto aqui se passou, pede para ouvir as gravações e aí está efectivamente tudo registado.

Concluindo e resumindo. Os Srs. deputados que queiram as suas intervenções transcritas terão que fazer o favor de o pedir.”

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga e Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve cidadãos inscritos para intervir.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Ultimamente na comunicação social tem aparecido em algumas das notícias, que revelam a intenção aparente, não sei se verdadeira ou não – isso gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara através do Senhor Presidente da Mesa, a intenção de ver alteradas as taxas não urbanísticas, em particular a tabela anexa às taxas não urbanísticas. E uma das perguntas que nós colocámos numa sessão plenária anterior, que está referenciada na acta 61 (se não me engano), e foi o deputado Manuel António que a colocou, solicitou que quando da publicação das taxas não urbanísticas em Diário da República fosse dado conhecimento às diversas bancadas da sua publicação, tendo o Senhor Presidente da Mesa em resposta incumbido os Serviços da Assembleia para informar dessa publicação, desse documento.

A primeira pergunta que eu coloco é: se de facto isso já foi publicado em Diário da República? Se o foi, qual foi a versão que foi publicada? A versão inicial ou a versão com as alterações introduzidas pela Câmara Municipal de Aveiro?

E eu coloco essa questão porque o que nos tem vindo a aparecer na comunicação social (que eu gostaria que fosse confirmado pelo Senhor Presidente da Câmara), é de que tem havido uns perdões relativamente a taxas e licenças não urbanísticas! E a questão que eu coloco também relativamente a esse assunto é: se de facto, o perdão que está a ser feito, se isso é verdade (e sempre com esta condicionante obviamente), se isto é verdade, se os

perdões estão a ser dados estão abrangidos pelo artigo 30.º do regulamento? Ou se não o estão? – Que o artigo 30.º do regulamento fala nomeadamente de “rendimento social de reinserção”, do “agregado familiar”, na “alínea g)”, e o “ponto 3” também fala um pouco sobre a mesma coisa.

Também já agora gostaria de saber se as taxas e dado que estamos (com o devido respeito) “com a mão na massa”, se as taxas, nomeadamente, as fotocópias e as taxas por exemplo dos espectáculos ao vivo são para manter? Recordo que na altura na nossa declaração de voto (na declaração de voto do PSD) precisamente, falámos dessa taxa dos espectáculos ao vivo. E permita-me Senhor Presidente, mas há coisas que são com todo o devido respeito, entenda assim, julgo que é um bocadinho de teimosice. Acho que deveríamos ter refeito e revisto essa tabela anexa. Até porque se reparar bem até existe – eu na altura tive o cuidado de falar consigo em particular - até existe uma taxa que não existe no regulamento que é a dos serviços informáticos; não aparece taxa nenhuma lá! Não sei se é “zero”, mas “zero” não existe também lá. E na altura o PSD teve o cuidado de pedir bom-senso para se analisar bem essa questão. Sentimos que foi uma injustiça que foi feita e o que está a ser feito.

Sentimos também, que aquele ofício que deu conhecimento das taxas das alterações foi uma passagem por cima relativamente à Assembleia Municipal. E julgamos que fomos, digamos, ultrapassados sem o querermos — porque acho que é de toda a legitimidade a Assembleia Municipal ser a fiscalizadora da Câmara Municipal e não o contrário. Quer dizer, acho que o Senhor Presidente não teria o direito, a legitimidade, de fazer o que fez — mas fê-lo! Recordo também, que na altura o deputado Manuel Coimbra falou da questão do Código de Procedimento Administrativo, se eventualmente isso fosse aplicado. E se o foi (neste momento eu não sei se o foi), certamente o PSD tomará as medidas necessárias e evidentes para resolver essa questão.

Eu relembro que existem pareceres da Comissão de Acesso a Documentos Administrativos, indicando qual é o valor que se deve cobrar por fotocópias. Por exemplo, existem despachos assinados curiosamente à altura Ministro das Finanças, Guilherme de Oliveira Martins, a indicar quais são os valores que devem ser pagos por fotocópia. As fotocópias são um mero exemplo existem outras taxas que eu julgo que deveriam ser perfeitamente revistas. São coisas completamente absurdas.

Em face do que disse, Senhor Presidente, eu gostaria de ter uma resposta a estas questões e certamente – digo desde já: o PSD estará perfeitamente disponível para rever estas taxas. Além do mais a proposta do PSD foi de um aumento de 75% das taxas. Foi uma proposta que foi feita e considerou que estas taxas eram de facto absurdas e irrealistas.”

Presidente da Mesa

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, cumprimentando toda a Assembleia, permita-me Vª Ex.ª 3 ou 4 referências se me é permitido, antes de dar entrada na ‘ordem de trabalhos’ deste Plenário. Em primeiro lugar, e sentidamente, quero prestar homenagem a dois grandes vultos da vida política nacional desaparecidos recentemente do nosso seio. Hoje e aqui, curvo-me respeitosamente em memória do Prof. Sousa Franco e do Dr. Lino Carvalho e presto-lhes a minha humilde homenagem já que, desinteressadamente de qualquer vantagem pessoal ou de qualquer tipo de mordomias, cada um à sua maneira, deu o melhor em prol da Nação e dos portugueses — principalmente daqueles mais desfavorecidos.

Partiram dois homens bons e de muito valor, de quem ainda muito se esperava. Eu sempre recordarei um e outro com muito respeito e admiração.

Em segundo lugar, quero manifestar o meu regozijo pela vitória das forças políticas de esquerda, em que predominam a maioria dos portugueses, desde o trabalhador ao intelectual, pela retumbante vitória nas Eleições Europeias. Destacando naturalmente o Partido Socialista por ter sido o n.º1, já que recebeu nas urnas a maioria dos votos. Regozijo ainda maior, por Aveiro e o seu Distrito ter reafirmado maioritariamente a sua confiança no Partido Socialista.

Depois, é também com muito regozijo e orgulho, como aveirense que sou, que quero saudar e felicitar a Câmara pela organização perfeita, única e ímpar, pela sua organização em tudo e principalmente no acolhimento que fez a dezenas e dezenas de milhares de pessoas em especial aos estrangeiros que rumaram ao nosso país e à nossa cidade em particular, para participar na festa do campeonato Europeu.

Está de parabéns toda a Câmara, o seu Presidente e as pessoas de todos os serviços e pelouros envolvidos neste evento de projecção mundial, pela maneira engenhosa, inteligente e incansável, como fez sentir os outros como se estivessem na sua própria casa ou no seu próprio país. Parabéns à Câmara e a todas as pessoas envolvidos neste evento memorável. A satisfação dos nossos convidados manifestou-se e manifesta-se por toda a cidade num convívio harmonioso, direi mesmo quase fraternal, com a nossa população. À Câmara se deve o ambiente criado para que tal acontecesse.

Aveiro escreveu mais uma página gloriosa a nível nacional a nível europeu; a nível mundial. Os aveirenses estão de parabéns. Os forasteiros vão voltar noutras ocasiões estou certo e Aveiro mais uma vez se afirmou no país e no mundo.

Infelizmente na vida nem tudo são rosas. Por isso quero também manifestar a minha preocupação com mais uma fase má (mais uma), que estamos a atravessar no nosso país.

O nosso Primeiro-ministro, tudo indica pela sua azáfama, pelo seu entusiasmo, quer ir para a Europa! Eu diria mesmo exilar-se. E se for, como tudo indica parece que sim, quer transformar a nossa República numa hipotética dinastia. E com isso mudar a música que temos tido no dia-a-dia, de letra de um fado triste e monótono, de há dois anos a esta parte da sua governação, para uma música pimba depois da sua partida durante os dois anos que ainda faltam. Julgo que os portugueses não vão permitir, por não poderem aguentar tal aberração...

Ou o senhor Primeiro-ministro fica (o que duvido pelo entusiasmo e encenação a que já assistimos), e era seu dever ficar, pois foi para isso que os portugueses o elegeram; ou vai, se quiser ir assiste-lhe esse direito legal é certo, mas não o moral. O que ele não tem é o direito de coarctar aos portugueses a oportunidade de escolherem quem o substitua através de eleições.

O país pode passar por isso, pelas eleições — pois pior do que está não fica de certeza absoluta! E se não o fizermos agora, palpita-me, tenho quase a certeza mesmo, que o teremos de fazer daqui a meia dúzia de meses. Outra coisa que me questiono é o que vai para lá fazer? Se aqui não agradou e não é capaz de agradar a meia dúzia de “gatos-pingados” como é que se vai safar num mar de gente.

Depois, e embora acreditando na Europa, tenho pensamentos turvos e confusos. Por que carga d'água foi ele indigitado? Sabemos que na Europa há blocos europeístas e há blocos meio americanizados. Por que carga d'água foram escolhê-lo a ele? Em minha opinião a América possui o Ter e a Europa o Ser. Será que o Ser é para ser engolido pelo Ter? Não quero especular e calo-me — cada um pode pensar o que quiser.

O Eng.º Guterres, de formação muito diferente do Dr. Barroso (diga-se em abono da verdade), recebeu convite idêntico para presidir à Comissão Europeia e já quase no fim do seu mandato e nem por isso acedeu. Não admitiu pressões e dispensou as mordomias. Tinha compromissos com os portugueses; tinha compromissos com quem o elegeu — não foi, não destabilizou o país. Enfim, modos de estar na vida!

Quando o Eng.º Guterres, por uma questão de honra, aquando das autárquicas provocou eleições antecipadas. Não quis ele e não quis o Partido Socialista que fosse substituído por ninguém. Nem do Partido nem por um qualquer ministro do governo. E assistia a ambos, ao Eng.º Guterres e ao Partido Socialista esse direito legal. Mas para os socialistas a moral está acima dos interesses individuais de cada um. E, por isso, não se serviram dessas legalidades dúbias. Optaram pelas eleições e o povo disse preto no branco como era. Mas eu sei como é: toda a gente tem um preço; até na política. Os Socialistas têm dado provas que o seu preço é muito alto — talvez por isso seja reconhecida a sua exclusividade moral e humanista.

Permita-me senhor Presidente (e estou quase a acabar) que remeta os senhores vogais desta Assembleia para as actas nºs 72 e 74, respectivamente dos dias 19 e 24 de Maio, pp. Sobre a acta nº 74 de 24 de Maio e das ofensas pessoais de que fui alvo, reservo-me o direito de num futuro próximo e oportuno retribuir — e peço não tolerância, mas condescendência como foi dada ao prevaricador.

No respeitante à acta n.º 72 de 19 de Maio, peço aos senhores vogais que a têm na sua posse, de verificarem se algo disse de ofensivo a alguém em concreto, seja desta Assembleia, seja dum Partido, seja de alguém objectivamente.

Se alguém poderia ter ficado ofendido teria sido o senhor Presidente da Câmara, já que dei uma interpretação ao seu discurso que possivelmente não seria o espírito com que o fez.

Mas dois senhores da oposição, a braços com a sua ignorância política, leram e ouviram o que não estava lá manifestando-se ruidosamente contra o vazio. A retórica é interessante, mas não está ao alcance de qualquer um; convenhamos.

Do que foi dito, apenas me chocou as palavras do senhor Presidente de Junta da freguesia da Oliveirinha, o senhor Armando Vieira. Amigo de há longos anos que muito estimo e respeito. Aliás, julgo que tem a estima e respeito de toda a gente. Mas dele é que me admiro já que se pronunciou errada e precipitadamente — o que não é hábito! Como ele próprio vai verificar depois de ler a acta e nem precisa de o fazer atentamente.

É certo que a maioria das vezes escrevo as minhas intervenções, estou habituado a isso, talvez seja de formação, talvez seja responsabilidade, talvez seja uma maneira de poupar tempo e dinheiro a esta Assembleia, ou talvez seja porque me apetece. O senhor Presidente da Junta de Oliveirinha, um homem honesto e meticoloso no que diz, vai zangar-se consigo próprio. É natural. É próprio das pessoas de bem que têm boa moral, que são bem formadas — e ele não é um “emplastro falante” qualquer que esteja aqui para se ouvir a si próprio. Geralmente, nas suas intervenções sempre elegantes, deixa sempre algo de positivo. Apresenta um trabalho para o bem comum dos aveirenses. Mostra os seus pontos de vista certos ou errados — não é isso que é importante (ouvem-se vozes no plenário).

É esforçado e tem vontade de ajudar à sua maneira a resolver os superiores interesses da Câmara. A ultrapassar os problemas no interesse daqueles que o elegeram; sejam os da sua freguesia seja dos aveirenses em geral.

Chocou-me por que me habituou a intervenções sérias, respeitando-se a si e respeitando os outros. Sempre falou cá para dentro e nunca se viu da parte dele qualquer tipo de folclore, nem a mendigar que lhe dêem duas linhinhas que seja na comunicação social. Não precisa disso. O tempo para ele é curto na vida a sério que leva nas suas múltiplas funções.

Tenho a certeza que ele hoje ao ler e analisar a frio o que eu disse na minha intervenção, vai reconhecer que errou quando se manifestou contra o que eu disse e nos moldes em que o fez.

O senhor Presidente da Junta e Presidente da ANAFRE, o senhor Armando Vieira, sabe que pela sua experiência de vida (e em todos os Partidos que fazem parte dessa mesma vida), se calhar até no seu próprio Partido que ele defende com unhas e dentes (e também o admiro por isso), há pessoas a que a maioria apelidam de más.

Eu pessoalmente até acho que não há pessoas más! Aqueles a quem convencionalmente chamamos de maus, para mim, são apenas pessoas revoltadas, infelizes, frustrados, complexados, marginais do sistema instituído e convencionalizado e civilizado, para quem os anos vão passando a uma velocidade impressionante e eles constataam não serem capazes de se adaptarem, de se realizarem pessoalmente, profissionalmente, e muito menos politicamente. E por isso o destino reserva-lhes a odisseia de andarem pelo mundo a penar tentando infligir e arrastar outros para a sua desventura e arrastá-los para a sua desgraça, para que a minoria e a marginalidade ao sistema a que não se adaptam, logo não pertencem, não seja tão duro, tão flagrante. E eu, como disse e repito, por tudo isso, não os podemos considerar maus, apenas infelizes. E, portanto, merecem que os compreendemos e lhe demos o melhor que o homem pode dar que é a compaixão e a misericórdia.

Estarei eu a insultar alguém ou serei um pecador pelo que disse meu querido amigo Armando Vieira — ou não entendeu outra vez?

Peço Senhor Presidente, que para que não persistam dúvidas no que digo, que esta intervenção seja transcrita em acta. Já agora, Sr. Presidente, se me permite, quero louvar o bom trabalho do Sr. Cartaxo pela sua paciência e capacidade em transcrever resmas e resmas de papel em que a maior parte das vezes não se diz nada. Muito obrigado.”

(Entretanto entrou na sala o Vogal Manuel Vieira dos Santos)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Não quero criar problemas nenhuns nesta Assembleia; já me conhecem há trinta anos em prática política e não vou responder ao orador que me antecedeu. Só vou conversar consigo Senhor Presidente dizendo-lhe o seguinte: em trinta anos de prática política democrática, temos que nos habituar a pequenos apartes, pequenas observações, e não considerar que isso são ofensas pessoais ou intervenções.

Portanto, aquele pequeno aparte que o orador que me antecedeu fez em relação a mim também eu vou aceitá-lo como fazendo parte desta prática política que há numa assembleia democrática.

Só queria realmente chamar à atenção, porque é preciso respeitar as pessoas todas que estão aqui nesta Assembleia. Quando um membro desta Assembleia fala, é apenas responsável por si, por aquilo que diz e pelas suas opiniões. É assim que eu aceito a intervenção do orador que me antecedeu. Ele é responsável por aquilo que diz: pensa assim, fala assim, isso é lá com ele. Agora, ele tem de aprender a respeitar os outros que falam doutra maneira, pensam doutra maneira e se comportam doutra maneira. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, eu começaria precisamente por me referir essa última questão do Parlamento Europeu e isso deve fazer-nos pensar a todos nós aveirenses. Porque se eu visto a camisola do meu Partido quando se trata de questões inter-partidos, quando se trata de representatividade do meu Distrito obviamente que a minha camisola é a do Distrito.

E desse ponto de vista Senhor Presidente, quero dizer-lhe que devemos todos reflectir nomeadamente os representantes dos grandes partidos aveirenses, para o facto ou para a ausência de peso político do nosso Distrito que urge repor — senhor líder do Partido

Socialista de Aveiro. E não digo aqui o mesmo ao senhor líder do partido do PSD porque ele não está aqui presente — que urge repor. E isso faz-se com uma postura pro-activa (que as duas pessoas têm, que eu não duvido), mas com uma postura de grande elevação, que tem que ser uma constante na exigência daquilo que nos é devido enquanto terceiro Distrito mais importante deste país. É uma indignidade! E eu quero aqui mostrar o meu desagrado por esse facto. É uma indignidade. É uma desconsideração para com o distrito de Aveiro que os grandes partidos não tenham colocado nomes directamente elegíveis, pessoas de Aveiro. E deste ponto de vista, o senhor Presidente não disse, mas eu quero aqui deixar expresso o meu protesto.

Posto isto senhor Presidente, deixe-me referir aqui às figuras que citou no início: o Prof. Sousa Franco foi uma pessoa que eu conheci nos primeiros tempos do PSD. Um homem como nós sabemos (e como eu dizia enquanto representante da ANAFRE na mensagem que dirigimos ao Partido Socialista e à família) um homem que poderia não agradar a toda a gente, mas tinha a coragem da defesa das suas convicções. E era acima de tudo um homem polémico. Fazia a defesa das suas convicções até onde entendia que a sua consciência determinava. E era também um humanista. E eu sei que o era. O facto de ter sido Presidente do PSD e de ter abandonado o PSD, em nada belisca o homem. E é essa figura que eu quero aqui homenagear e deixar um voto de pesar pelo seu falecimento.

Referir-me também ao deputado Lino Carvalho, de quem tive a felicidade de ser colega na Assembleia da República e com quem privei muitas vezes porque fazíamos parte da mesma Comissão. Quero-vos dizer que, o deputado Lino Carvalho era a coerência em pessoa na defesa dos seus princípios políticos. Discordando-se ou não era um homem de coerência política. Uma simpatia pessoal, que para quem não o conhecia poderia julgar naquelas suas intervenções sempre intempestivas e entusiasmadas da Assembleia da República.

V. Exa. senhor Presidente teve com certeza muito mais convívio com ele, pode testemunhar como eu, que era uma pessoa com quem se conversava muito bem em privado. Um homem de diálogo coloquial, engraçado até em certos momentos. E quero aqui referir uma questão central enquanto presidente da ANAFRE. Nos últimos tempos tive várias reuniões com o deputado Lino Carvalho enquanto coordenador do Grupo Parlamentar do PCP. O Dr. Lino Carvalho, colocou nas nossas conversas, uma postura de grande responsabilidade. Apresentada uma questão que tinha a ver com fiscalidade sobre os Presidentes de Junta, daquilo que são as miseráveis compensações para despesas, o Dr. Lino Carvalho ao contrário de tirar o chamado resultado político, ou opinião política para nos cativar — porque obviamente sabia que estava a falar com pessoas que minimamente conheciam os meandros da política, o Dr. Lino Carvalho soube dizer-nos que a questão era de inteira justiça. A questão que nós (ANAFRE) reivindicávamos para os autarcas das freguesias. Como dizia a Dr.ª Manuela Ferreira Leite “não era fácil de resolver”. E ele teve essa hombridade. E eu nesse dia passei a admirar muito mais aquele senhor; aquele meu ex-colega deputado. Porque no silêncio dos gabinetes era uma pessoa exacta nas apreciações. Rigorosa e séria e eu quero aqui registar isso. Essa questão veio a resolver-se por determinação do senhor Primeiro-Ministro (não um ministro qualquer como dizia o senhor Orlando Terra Seca), e confirmou a competência que eu sempre reconheci naquele senhor deputado — a sua dedicação à função. Era um apaixonado pelo trabalho da Assembleia e era sem dúvida nenhuma, um dos deputados mais bem preparados da Assembleia da República — senão o melhor de todos. Esta é a justiça que eu quero aqui fazer e também um voto de pesar ao PCP pelo falecimento deste deputado, que sem dúvida nenhuma também é uma perda para a democracia portuguesa.

Depois, senhor Presidente, referiu aqui que “apercebeu-se tarde” de que Aveiro tinha perdido, tinha sido espoliado do terceiro jogo do EURO. Mas senhor Presidente, gostaria de o ter visto verberar sobre as verdadeiras razões, porque perdemos esse terceiro jogo. Eu

não sei as verdadeiras razões. Ninguém me disse quais eram as razões. O Senhor Presidente da Câmara não sei se sabe, mas eu tenho a minha opinião sobre essa retirada – se é que houve uma retirada. Essa questão a meu ver está ligada directamente aos apupos que a nossa selecção sofreu quando do jogo Portugal/Grécia. Essa é a verdadeira razão. Aveiro não soube receber bem a sua Selecção e a meu ver, é a minha opinião muito particular, que eu nunca ouvi esta explicação de ninguém, nem ouvi esta opinião de ninguém – é a minha opinião, essa é a verdadeira razão, pela qual o terceiro jogo não foi feito em Aveiro. Obviamente que o Senhor Presidente, a organização, os estrangeiros estão bem vistos, eu reconheço e quero aqui dizer ao senhor Presidente da Câmara, que reconheço que fez um enormíssimo esforço organizativo – e eu faria outro tanto se estivesse no lugar do senhor Presidente, no contexto da realização desta prova. E uma vez que se construiu o estádio, contra o qual eu sempre estive, mas face à realidade da realização do EURO em Aveiro, eu quero aqui reconhecer que o Senhor Presidente da Câmara deu o máximo que lhe era permitido dar para desenvolver esta iniciativa em Aveiro.

Contudo, nem tudo saiu bem senhor Presidente. Referiu aí a questão das acessibilidades. Todos nós (aqueles que habitualmente lemos o “EXPRESSO”) vimos que a apreciação dos jornalistas internacionais com relação a Aveiro ia precisamente na apreciação negativa para a questão das acessibilidades. É uma constatação dos jornais. É uma constatação que eu vivi no terreno.

Senhor Presidente da Câmara, caros colegas, recebi um amável convite e como sabia que não podia ir ao jogo da Holanda com a República Checa, fui assistir ao primeiro jogo até para ver o ambiente — gostei imenso de ver. Mas a mim chocou-me bastante e não sei de quem é a culpa (provavelmente da UEFA), eu tive que andar à procura de um estacionamento num pinhal e depois constatei que 2/3 do parque de estacionamento ou mais não tinham lá nenhum carro. Isso é lamentável que tenha ocorrido e enfim, também não abona a organização.

Depois dizer-vos que corroboro senhor Presidente aquilo que disse, no sentido de que a organização nos termos globais e como imagem exterior do país está a ser um enormíssimo êxito. Desse ponto de vista o país está de parabéns. Estamos todos de parabéns. Portanto, essa é a nota positiva.

Depois ainda comentar uma outra coisa que disse senhor Presidente. V. Exa poucas vezes opina, mas já agora se me permite eu dir-lhe-ia: entende, está no seu direito, respeito muito a sua opinião como um democrata experiente que é, dizer que a nomeação do Primeiro-Ministro para Presidente da Comissão Europeia não dignifica Portugal “não será prestigiante”. Foi o que disse. Eu quero-lhe dizer, será para o próprio, mas obviamente que eu contraponho-lhe a declaração desta tarde do senhor Presidente da República, que diz precisamente o contrário “é extremamente prestigiante para Portugal”.

Mas terminou a festa! E agora temos que viver, assentar os pés no chão e viver aquilo que são os nossos problemas do dia-a-dia. Temos que arvorar as nossas bandeiras: a nacional em primeiro lugar (todos nós, as nossas bandeiras); a bandeira do município, que é uma bandeira que nós todos temos muita honra em arvorar e empunhar. Eu quero dizer que deste ponto de vista do município eu tive a ousadia e o senhor Presidente da Câmara não se opôs, de comprar um alfinete de ouro do município de Aveiro – uma vez que ninguém me o ofereceu - e quando vou em momentos solenes da ANAFRE eu ponho aquele emblema que é o que eu tenho (por acaso não tenho nenhum da ANAFRE com essa qualidade), e ponho o da minha terra: Aveiro. Acho que fica-me bem e eu fico contente de o usar. E só o uso nesses momentos porque na cidade de Aveiro nunca o usei, porque receio que o Senhor Presidente da Câmara me recrimine por esse facto. Essa também é a minha bandeira. O município, mas também obviamente a ANAFRE que tenho muita honra em presidir. Mas

ainda outra, a bandeira da minha freguesia, a de Oliveirinha. Que eu tenho o dever de servir e que muitas felicidades me tem dado, mas também alguns sacrifícios e sofrimentos. Mas em Aveiro precisamos de romper adiante Senhor Presidente e com urgência empunhar outras bandeiras. A bandeira da credibilidade no cumprimento das obrigações senhor Presidente — essa é a grande bandeira que o município de Aveiro precisa de empunhar. A bandeira da honra institucional e das pessoas que ocupam os cargos institucionais em Aveiro — sobre as quais está a ser lançada a ventoinha que roda e que está a lançar lama em todas as direcções. Essa bandeira tem de ser empunhada rapidamente. A bandeira da justiça retributiva no município de Aveiro — que está a ser profundamente injusta a distribuição no município de Aveiro. Não temos nada contra a nossa cidade. Gostamos imenso da nossa cidade, mas não pode continuar esta discriminação vergonhosa das freguesias que não são do centro urbano. Não pode continuar senhor Presidente!

E quero-me virar aqui para “esta” bancada: caros colegas Presidentes de Junta, apontando-vos o dedo (não aponto que é feio), mas quero-vos dizer: os senhores têm muita responsabilidade no que está a acontecer. Eu também poderei ter, mas acho que todos temos em conjunto de mudar a nossa atitude. Não é menos respeito pelo senhor Presidente da Câmara ou para com o nosso município. Nós temos de mudar de atitude se queremos ser respeitados no plano institucional e no plano pessoal de pessoas que foram eleitas e que tiveram a confiança e continuam a ter a confiança do povo. Isso é importante que aconteça. Do concelho como um todo. É uma outra bandeira que temos que empunhar e somos todos nós, Presidentes de Junta, que temos que levar as bandeiras das nossas freguesias junto do senhor Presidente da Câmara e do seu Executivo e dizer-lhes: estamos aqui! Estas são as bandeiras, as 14 do município de Aveiro, que têm que ser empunhadas e não pode ser só a do centro urbano — estas têm de ser também empunhadas.

A Educação. A bandeira da Educação como grande bandeira nacional que urge empunhar com coragem, romper adiante, ser desagradável. Esta é a bandeira nacional, para além daquela que nós temos como pavilhão, esta é a grande questão que todos nós temos que assumir – todos nós os autarcas das freguesias também, que somos agentes importantes na vitória desta batalha.

Da Protecção, senhor presidente. Também a bandeira da Protecção ao bom-nome dos autarcas, ao bom-nome dos autarcas das freguesias. Eu sinto-me incomodado com o que se está a passar em Aveiro. Eu sinto-me envergonhado com o que se está a passar em Aveiro!? Eu sinto-me desanimado com o que se está a passar em Aveiro ao fim de 5 mandatos como Presidente de Junta.

Da hierarquização das prioridades, senhor presidente da câmara. É urgente! Os recursos não chegam para tudo em Aveiro — reconhecemos. Então há que hierarquizar o que é que é necessário e vital para a qualidade de vida dos aveirenses. Deixemos de lado o que é supérfluo, secundário e demos as mãos na resolução dos problemas básicos das nossas populações.

Eu tive oportunidade de enviar há dias, apenas uma súplica de fotografias, ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Vereador Eduardo Feio, com buracos das ruas da freguesia de Oliveirinha, só com alguns, porque se tivesse que mandar todos teria que trazer um camião com fotografias.

Não é brincando, mas é desanimante, é frustrante, é indigno, sinto-me achincalhado, sinto-me ofendido na minha dignidade de autarca, que já o sou há muitos anos e que sempre procurei cumprir rigorosamente as minhas obrigações. Sinto-me ofendido como disse, com o actual estado de coisas.

E termino, dizendo, dando aqui uma nota aos cumprimentos do meu amigo Orlando Terra Seca, que com os elogios todos que me fez (eu agradeço) e dizer-lhe que se eu tenho essas

qualidades todas sendo um ignorante político, imagine que elogios terá que fazer quando eu souber alguma coisa de política!”

Presidente da Mesa

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Ana Carla Macedo (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostaria de começar por questionar um assunto que me deixou preocupado, que nós já discutimos aqui nesta Assembleia e que eu até tinha dado por encerrado, mas afinal não deveremos encerrar, que é a questão das dúvidas que foram lançadas pelo PSD enquanto oposição tem esse direito e tem essa legitimidade, aliás, tem esse dever, acerca do loteamento das Glicínias.

Foi-nos dito aqui oralmente pelo senhor Presidente e eu aceitei como tal, que há um relatório do IGAT. E que esse relatório do IGAT, nos diz que está tudo em ordem com o loteamento das Glicínias. O que é um facto é que fiquei muito surpreendido quando vem na comunicação social que quando um vereador do PSD questiona o senhor Presidente da Câmara acerca deste relatório (que gostaria de o ler) afinal esse relatório não é fornecido!? E por isso, não duvidando e não querendo duvidar da palavra do nosso Presidente da Câmara, gostaria de lhe perguntar porque é que não foi divulgado o relatório? Não sei se vai ser, mas não foi divulgado porque não foi desmentida esta notícia que veio nos jornais — e se é que o vai divulgar, quando? Porque eu acho que é muito importante para nós, porque o aceitámos oralmente, mas que se justifica que neste momento haja pelo menos, o senhor Vereador já que o pediu possa ter acesso a ele.

Um outro assunto que gostaria de levantar neste período de antes da ordem do dia, gostaria de fazer um balanço acerca da maneira como tem estado a decorrer o EURO 2004 a nível nacional e também a participação de Aveiro. Parece-me que o balanço é extremamente positivo, quer em termos da organização nacional, mas também Aveiro esteve muito bem e dentro daquilo que seria de esperar nesta organização que nos tem honrado a todos enquanto portugueses. Em Aveiro, parece-me que a aposta na mobilização e na criação de uma centralidade regional, acho que se ganhou. Acho que Aveiro se tornou mais central para todos aqueles que são os nossos vizinhos, usufruíram da cidade, usufruíram da nossa região, vieram até nós e isso foi importante.

Não faço um balanço tão positivo acerca da localização das nossas praças EURO. É um facto que o barulho de dia é festa não incomoda, à noite mostra uma grande deficiência do nosso município em criar zonas de lazer. Temos centralidade para horas diurnas, mas temos uma deficiência gritante de espaços de lazer compatíveis com o descanso nocturno. Tivemos já várias oportunidades para resolver este problema, é pena que este município socialista continue a não acreditar naquilo que têm sido as nossas propostas de uma criação de zona de lazer de excelência, numa zona recatada do nosso município, onde possam usufruir todos, onde estes eventos e esta praça EURO podia ter ainda mais sucesso do que aquilo que foi e não perturbar aqueles que também têm direito ao descanso.

Mas esta zona de lazer Aveiro vai ter de a ter quer queiramos quer não. Nós não podemos continuar a esconder a necessidade desta zona de lazer nocturna que não pode ser no centro da cidade, tem de ser numa zona recatada, para bem de todos.

Gostaria também de realçar e congratular-me com o facto do Dr. Durão Barroso ter sido indigitado para Presidente da Comissão Europeia – tudo indica isso. Parece-me que é um lugar extremamente prestigiante para uma pessoa de prestígio em Portugal. É pena que nem todos em Portugal o reconheçam, mas muitas vezes só o tempo e a história é que lhe fará justiça — e isso também é normal e não faz mal que assim aconteça. E em democracia

não há problema nenhum que assim aconteça. Mas é bom que haja um português a gerir os destinos da Europa e que com isso, assim como Portugal já conseguiu levantar o mural através do futebol, penso que este convite da Comissão Europeia, este reconhecimento da Comissão Europeia, pode também mostrar que os portugueses não só são bons de bola, mas também são bons em outras matérias e em gerir os destinos não só de Portugal, mas de toda a Europa em que Portugal também se insere.

E é bom. Estes são sinais da própria retoma que está a acontecer. Ainda agora estavam aqui a dar o “Diário Económico” com uma frase do Senhor Governador do Banco de Portugal (Dr. Vítor Constâncio), em que diz que a crise acabou e que os sinais de retoma vieram para ficar.

É um facto, que realmente Portugal está na senda das vitórias não só pelo EURO2004, também com o EURO 2004, vitórias a todos os níveis e todos os portugueses se sentem orgulhosos de serem portugueses, de maneira que o levantar esta bandeira simboliza que acreditam nas pessoas que neste momento nos estão a governar e simboliza também que Portugal está na Europa e que para bem de todos vamos conseguir encontrar soluções internas também, que nos possam continuar a trazer o sucesso que nós temos tido neste progresso e neste defeso que tivemos que fazer nestes dois anos. Para agora nesta retoma podermos continuar a crescer rumo aquilo que são os índices económicos e de desenvolvimento da Europa dos 25, em que nós já pertencemos, mas em que queremos ser cada vez mais dos primeiros.

E para já, era só o que eu gostaria de dizer neste período de antes da ordem do dia.”

Vogal António Regala (PCP)

B

Presidente da Mesa

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Álvaro do Bem (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente são três os apontamentos. O primeiro já foi muito batido, mas nunca é demais dizer que a questão do Euro em Aveiro (ainda não está acabado) as coisas estão a correr muito bem. Houve alguns muito bons exemplos e eventualmente outras coisas que falharam, mas que não terão sido directamente responsabilidade de Aveiro, mas que no futuro quando acabar a festa, tem que ser visto. Uma delas prende-se com a segurança. Pós Euro vai ser muito importante para manter os níveis criados nesta altura e que em nada podem ser descurados. Este é um primeiro apontamento, mas não é ainda altura própria para falar.

Em segundo lugar, manifestar o meu agrado pelas notícias aparecidas hoje nos jornais pela municipalização da estrada N109 no concelho de Ílhavo.

Penso que as notícias ainda não estão plasmadas na sua totalidade. Ainda falam de uma segunda e terceira fase da municipalização — que tem muito a ver com o nosso concelho e com a freguesia a qual eu presido. Mas parece-me que há aqui algumas dessintonias. E essa desarmonia tem de começar a convergir para a entidade responsável por essa mesma N109, que é o Instituto de Estradas. E se isso não acontecer brevemente continuamos a ter uma prática que significa para aqueles que andam nestas coisas há muito tempo — a prática da capela. Ou seja, eu vou resolvendo os meus problemas e não quero saber do fulano ao lado. E depois são as populações que se ressentem desses género de “flores”.

As populações querem é obras e a N109 necessita de resolver rapidamente os seus problemas. Aveiro tem tanta necessidade quanto Ílhavo de resolver o problema da N109 e o Euro praticamente está no fim. Ou seja as barreiras em termos de timing já se esgotaram e acabamos por “foi bonita a festa, pá”, mas com certeza vamos demorar muito

tempo a recolher os *confétis*, quando muito antes se tinha previsto um grande número de obras às quais falhamos redondamente.

Terceiro apontamento. Espero que a maior parte dos visitantes da cidade de Aveiro ou da região, não tenham utilizado auto-estrada e muito menos a BRISA, com um folheto informativo que terei o prazer de entregar na Mesa, porque deveria fazer parte como documento da acta para verificarem o absurdo do que aqui está relativo a Aveiro.

Para vos dizer que há um curso de água que atravessa o IP5 que está aqui assinalado como Ria de Aveiro!? Fiquei a saber que o “salgado” de Aveiro avançou fortemente na água doce do Rio Vouga — e portanto não temos Rio Vouga, temos Ria de Aveiro! Fiquei a saber que não existe zona lagunar — é Oceano Atlântico; e o IP5 é um itinerário importante que se desenvolve pelo meio da água. É isto que está aqui! Provavelmente terão tido este impresso na mão, mas se calhar descuraram o facto de o abrirem e lerem, mas é isto que fica para a posteridade.

Em segundo lugar dizer-vos que o Estádio anunciado ao lado, era importante saber onde era Águeda e Condeixa. É um fenómeno interessante porque isto significa também que qualquer outra das informações existentes neste roteiro enunciam a cidade, cidade com volume, há um código em que a localidade seguinte é enunciada pelo seu grau de importância — ficamos a saber que o que é importante é Águeda e Condeixa. Dizer-vos que este papelinho está traduzido em mais duas línguas e que possivelmente que alguns quando chegarem a casa e pegarem num simples Atlas ficarão a saber que andaram a ser enganados e mal informados. Portanto ainda há muita coisa a fazer depois da festa. E uma empresa destas, que tem o exclusivo neste país, ter-se limitado a dar esta informação sem consultar os municípios ao qual estiveram ligados. Disse Sr. Presidente.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

☐

“Bom, antes de mais, e acompanhando todas as intervenções que se fizeram aqui sobre a homenagem à memória do Prof. Sousa Franco, eu queria dizer que não posso deixar de referir que desapareceu um homem notável. Eu tive-o como professor de mestrado e é um professor que deixa escola e era admiradíssimo por todos os seus alunos e pelos professores que trabalhavam com ele. Como cidadão era um homem que soube criar o prestígio do Tribunal de Contas — e que julgo que todos nos recordamos do que eram os serviços do Tribunal de Contas. Foi ele que devolveu o prestígio e a eficácia ao Tribunal de Contas. E como político foi de facto um político coerente em todas as posições que lhe conhecemos. O seu percurso é de uma coerência notável e eu queria deixar aqui esse reparo e esse reconhecimento.

Depois queria também congratular-me e regozijar-me pela indigitação do Dr. Durão Barroso para presidente da Comissão Europeia. Vamos ver se tudo se confirma, julgo que sim. Obviamente que é prestigiante para o próprio e prestigiante para o país. Não advirão certamente vantagens imediatas dessa designação, digamos que o presidente da Comissão tem de zelar numa base objectiva e de distância em relação aos interesses de todos os países e não favorecer nenhum país em especial. Mas é evidente que é o reconhecimento do papel que ele próprio e Portugal tem sabido assumir na cena internacional e no quadro europeu. Julgo que é a primeira vez que temos um presidente da Comissão que não pertence ao grupo de países fundadores e isso também merece ser evidenciado.

Bem, vamos ver o que é que sucede a seguir, mas julgo que o rumo da política a seguir tem de ser modificado, haja ou não haja eleições antecipadas. A avaliar pelas considerações que temos visto na imprensa por parte de altos responsáveis do PSD, nada será como

dantes. E também em termos internos a política portuguesa mudará bastante — e para melhor, estou certo disso.

Sobre o Euro 2004, queria agradecer todas as referências que foram feitas e queria-vos dizer com toda a humildade, sinto que isto não foi um feito nosso, foi um feito de todo o concelho, de toda a cidade, de todos nós, também da Assembleia Municipal com todas as críticas, observações, as dúvidas que foi tendo, e que nos obrigaram a descortinar e a ter uma análise muito exigente sobre tudo o que se poderia passar.

Queria deixar um cumprimento muito especial a todos os Vereadores, em especial ao Eduardo Feio e ao Sr. Domingues Cerqueira, que tiveram a responsabilidade directa de algumas áreas absolutamente operacionais e importantes e que foram decisivas para o sucesso da operação. Um cumprimento muito especial a todos os nossos colaboradores, funcionários, as entidades oficiais que estiveram envolvidas. Julgo que nunca assisti a um espírito de colaboração tão grande entre todas as entidades — desde a PSP, GNR, Polícia Marítima, Juntas, Emergência Médica, Bombeiros. Em geral toda a gente colaborou de forma inexcedível e julgo que constituiu de facto uma boa ocasião para as entidades que tantas vezes trabalham de costas voltadas tivessem uma nova atitude na organização da nossa protecção civil.

De resto, fomos ajudados por visitantes extraordinários, que não apenas foram exemplares no seu comportamento cívico como também fizeram a festa, envolveram-nos na festa, e fizeram de Aveiro um local inesquecível durante aqueles dias. Não tivemos nenhum incidente grave, houve uma perna partida, mas poderia acontecer ao sair de casa. E custa-me dizer isto, mas as pessoas que se portaram mal foram três portugueses que estavam numa atitude provocatória, que imediatamente foi controlada. Portanto tivemos um ambiente em Aveiro que foi formidável e que não é fácil voltarmos a ter.

Os jogos ajudaram, mas sobre tudo a organização dos jogos correu muitíssimo bem. Em especial o jogo, em que a nossa experiência adquirida noutros jogos no estádio prevaleceu, e melhorou-se muito do primeiro para o segundo jogo, quando o primeiro jogo foi apenas organizado pelo torneio, e tivemos no fim do segundo a alegria de receber os parabéns da organização do torneio em dizer-nos que até então tinha sido o jogo melhor organizado de todo o campeonato. Sem uma única falha e com coisas tão fáceis aparentemente de resolver como acolher 400 autocarros que entraram e saíram de Aveiro sem que tivesse havido um atraso, um engarrafamento, tudo se passou sem nenhum problema.

De resto queria-vos dizer que também ao nível do acolhimento nós fomos todos muito hospitaleiros, todos os aveirenses. E isso sentiu-se na restauração, no alojamento, no apoio de rua, nos postos de informação, nos serviços médicos e hospitalares — toda a gente leva de Aveiro uma imagem de um povo hospitaleiro e que sabe receber bem. E o programa de animação que tínhamos estabelecido, deixem-me dizer com algum orgulho, que das muitas dezenas de iniciativas que foram programadas para estas três semanas só uma não se realizou, por razões que nos são completamente alheias. Tudo correu (e eram várias dezenas de iniciativas) com uma organização de que muito nos orgulhamos. E penso que a população sentiu isso e que aderiu de uma forma intensa, ultrapassando todas as expectativas — excepto talvez no espectáculo da Alanis Morissette, que pensávamos houvesse mais gente. Mesmo assim, como a oferta era diversificada e para gostos muito diferentes, para espectáculos que eu pensava ia ter a “praça às moscas”, tinha informação depois que estava cheia de gente. E viveram-se momentos de festa cívica muito intensos. Não temos se não razões para estar satisfeitos. Julgamos que a aposta foi ganha em termos do curto prazo, em termos evidentemente da economia local; vai sentir-se a médio prazo certamente. É previsível que tenhamos mais turistas e mais investimentos que possa aparecer no futuro. A projecção que fizemos da nossa região e do nosso município, penso que foi muito bem sucedida.

É claro que houve que incomodar algumas pessoas. Eu também acho que utilizam decibéis que eram desnecessários, mas enfim, é assim que as coisas hoje em dia são. Penso que a generalidade da população aveirense compreendeu que era um período de excepção. E foi a título de excepção que foram autorizados os concertos e a música até às horas que foram. Quería esclarecer também que Aveiro não perdeu o 3.º jogo! Ninguém nos tirou um terceiro jogo que estivesse programado. O que nos temos interrogado, Aveiro até pela capacidade de organização que demonstrou, poderia ter recebido o 3.º jogo que foi realizado no Bessa ou o que foi realizado no Algarve. Houve de facto dentro dos pequenos estádios dois que tiveram um 3.º jogo sem que nenhuma razão objectiva possa ser encontrada. E nós ficamos como Leiria, como Coimbra, ou como Braga, apenas com 2 jogos. Não se percebe, sendo que Aveiro é a 3.ª Associação de Futebol, portanto depois de Lisboa e do Porto, e a cidade do Porto já tinha muitos jogos por causa do Estádio do Dragão. O 3.º jogo devia ter vindo para Aveiro. Também não faço injustiça ao Dr. Gilberto Madaíl, que por causa de um assobio que tem a ver com a emoção própria das multidões, possa ter prejudicado a sua cidade retirando daqui o 3.º jogo. Não acredito que o Dr. Gilberto Madaíl tenha reagido dessa maneira. Há outras razões, mas esta não é certamente.

Sobre as nossas questões do dia-a-dia e encerrada que está este período excepcional da nossa vida autárquica, sobre as Taxas e Licenças Não Urbanísticas eu gostava de dizer que, em primeiro lugar para que não haja dúvidas sobre isso, que a Câmara respeitou as recomendações desta Assembleia expressas oportunamente e o que enviámos para publicação Diário da República foi de facto a versão aprovada pela Assembleia. Não obstante nós perfilharmos a opinião que na altura apresentada. Mas como nos apercebemos que a experiência ia demonstrar, ou ensinar, que outros ajustamentos seriam necessários preferimos fazê-lo mais tarde. Hoje mesmo, em reunião de Câmara – e não na sequência da visita ao Mercado do Sr. Deputado António Salavessa – mas realmente já tínhamos começado a preparar o processo a algumas semanas antes. E ao longo dos meses fomos detectando, como era nossa obrigação, algumas situações anómalas, hoje mesmo em reunião de Câmara aprovámos a alteração de algumas taxas que procuraremos aprovar nesta Assembleia Municipal o mais rapidamente possível. Se for possível uma extraordinária antes das férias, excelente; se não for paciência. E outras situações que não foram aprovadas ainda hoje na medida em que implica inquérito público, virão na altura própria.

Quería dizer-vos já, para que relativizem a importância destas alterações, para que não pensem que houve alguma aprovação apressada do regulamento aqui discutido, que estamos a falar apenas de 5, 6 taxas num conjunto de 475 taxas que constam dessa tabela. Dispensem-se pois de dizer que houve uma insuficiente ponderação do que foi aprovado nesta Assembleia. A verdade é que a prática mostra que alguns resultados são anómalos, designadamente a das bancas e das lojas dos mercados, dos espaços de terrado, sepulturas e licença de ruído, de facto este período demonstrou que eram impraticáveis. Eu estou a dizer que hoje em reunião de Câmara aprovámos 8 e provavelmente virão algumas outras que terão de ir a inquérito público.

E o mesmo se diga no Regulamento de Taxas Urbanísticas. Estamos a falar de muitas taxas e os nossos serviços aos poucos vão detectando algumas situações que devem ser corrigidas.

O Centro de Saúde Esgueira, nós esperamos todos que o Governo possa rapidamente cumprir o protocolo que assinou com a Câmara Municipal de Aveiro e que abrange 4 Centros de Saúde. No caso do Centro de Saúde de Esgueira houve de facto uma reunião com a associação de pais e pensamos que é perfeitamente possível a construção prévia de um muro divisório. Parece mais do que razoável.

As outras questões que foram abordadas nomeadamente o aquecimento para o Inverno, julgo que é possível tê-lo também. O pavilhão, o que conversei com os pais é que iríamos primeiro ver as possibilidades de exploração e optimização dos dois pavilhões gimnodesportivos que estão em frente à escola — está em construção um segundo pavilhão na escola Aires Barbosa. Portanto ficamos com dois pavilhões encostados à escola cuja gestão deverá permitir a utilização por parte da Primária. E julgo, é minha opinião pessoal, vamos conversar isso agora com os agentes daquela comunidade escolar, julgo que aquelas três escolas devem ser olhadas em conjunto do ponto de vista dos equipamentos para que se construa uma lógica de centro escolar integrado, em vez de estarmos a defender três cantinas, três pavilhões, três salas polivalentes, numa área em que praticamente as escolas estão todas encostadas. Mas são boas notícias e que saudar a Associação de Pais que agora este projecto com outros olhos, percebeu que Esgueira precisa de um Centro de Saúde, que é uma mais-valia para Esgueira e que a escola pode não ficar prejudicada com a sua construção.

Sobre a sinalização da Beira Mar. Eu queria recordar que a sinalização foi mudada há pouco tempo ainda. Temos alguns meses de experiência, não tem havido nenhum problema, ninguém se perdeu na Beira Mar e eu acho que também não temos que estar a mudar sempre. Suponho que o momento ideal para tornar a mexer ou repensar o trânsito na Beira Mar será quando concluirmos o novo parque entre o IP5 e o Canal de São Roque. Isso sim vai obrigar a repensar todo o sistema viário daquela zona. A sinalização pode estar confusa, podemos rever isso.

A urgência do Hospital. Eu não posso se não associar-me ao alerta que foi feito. Mas não queria que ficasse nenhuma dúvida. A Câmara não tem nenhuma responsabilidade naquelas obras. São obras da responsabilidade da Administração Regional de Saúde do Centro e de facto é absolutamente lamentável que uma obra que era para estar pronta no Euro, a última notícia que tivemos sobre esse assunto é que o concurso ainda ia ser desencadeado neste momento. Portanto, houve aqui uma péssima programação de trabalhos por parte da Administração Regional de Saúde. E como diz e bem, o custo da manutenção dos contentores começa a ser preocupante e aquilo que devia ser uma situação provisória está a eternizar-se — é inaceitável, inaceitável.

Também sobre os “Sons em Trânsito”. As notícias que foram veiculadas pela comunicação social podiam dar a entender para um leitor menos atento, que a Câmara tem alguma responsabilidade nesse risco de que o festival não se faça em Aveiro. Não tem nenhuma. A única coisa que se soube é que a candidatura desse festival tinha sido chumbada pelo Instituto de Artes e Espectáculos, que depende do Governo. Não houve uma palavra, um comentário, da parte da Câmara Municipal sobre o não apoio a esse festival. O que houve foi essa desagradável notícia que o financiamento não tinha sido aprovado. Portanto, da nossa parte temos toda a simpatia e interesse em manter cá esse festival e iremos ver o que é que isso implica em termos de apoios municipais, mas não queria que houvesse aí nenhuma dúvida.

Finalmente, sobre a municipalização da N109. Eu queria manifestar também o meu sentimento de estupefacção sobre o que vi hoje nos jornais e o que ouvi na rádio. E já tive ocasião de o transmitir ao Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas. Porque há anos que nós andamos à espera da desclassificação da N109. A partir de certa altura o Governo foi-nos dizendo que a estratégia passava a ser outra e que tinha aberto o concurso para a requalificação de toda a N109 entre Vagos e Cacia, e de repente retalha-se a qualificação da N109 por uma discriminação positiva que não tem outra motivação que não seja simpatia política. Isto é inadmissível.

Aveiro não pode admitir que o Ministério das Obras Públicas retalhe a requalificação da N109 por discriminações políticas. É inadmissível. Não há outra explicação. O Sr.

Secretário das Obras Públicas disse-me que não sabia de nada e que ia ver o que é que se passava — quando foi ele que assinou o despacho de homologação da desclassificação! E o que eu lhe disse é que esperava então para a semana que o mesmo pudesse ser feito em relação ao município de Aveiro — porque é inaceitável.

E gostava de lembrar a esta Assembleia que o Instituto de Estradas nestes dois últimos anos não nos deixa fazer obras na N109 (e algumas eram bem urgentes), com base nesse motivo de que estava aberto o concurso para todo o projecto de requalificação entre Vagos e Cacia.

Portanto, isto é uma surpresa desagradável e espero que seja rapidamente reparada. Se querem desclassificar rapidamente a N109, que nos atribuam os meios financeiros que na lei estão previstos para essa desclassificação, se não os têm façam as obras e depois entreguem a N109. O que não pode haver é dois pesos e duas medidas. Ílhavo tem a N109 desclassificada hoje e Aveiro que tem trabalhado neste processo há longo tempo não teve a mesma decisão.

Penso que respondi a todas as questões. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Só três pequenos comentários à intervenção do Sr. Presidente da Câmara. O primeiro para referir também N109. É que a municipalização da N109 tendo sido anunciada para Ílhavo, pois eu a interpreto como sendo o início da municipalização nestes diferentes concelhos que são atravessados. E faz todo sentido uma vez que o ICI vai estar pronto. Faz todo sentido que o grande trânsito se faça pelo ICI e por isso que haja uma municipalização. Agora, isso se calhar mostra alguma habilidade de alguns concelhos para capitalizar se calhar algumas obras, mas não vou entrar por aí.

Agora, o que se me parece também em relação à municipalização da N109 é que há muitas contradições sobre aquilo que vai ser a N109 no município de Aveiro. Temos falado e vimos o Plano de Urbanização que engloba a 109, que se refere a uma grande avenida com 90 metros de largura, mas ao mesmo tempo estamos a ver a construção junto à rotunda do parque de feiras, estamos a ver a construção junto às Glicínias, e começamos a ver, afinal, coaduna-se esta construção com aquilo que é uma largura de 90 metros para esta futura avenida que vai ser central a Aveiro. Parece-me que não. Parece-me que há aqui que acertar afinal o que é que nós queremos para esta nossa avenida quando ela for municipalizada.

E em relação ao estudo urbanístico das Glicínias, gostaria de dizer que interpreto mais uma vez a omissão do Sr. Presidente da Câmara, a esta interpretação oral que já foi feita na Câmara Municipal de Aveiro através dos Vereadores do PSD, foi feita aqui nesta Assembleia por mim oralmente. E o facto de não ter tido resposta nem dum lado nem do outro, que o PSD vai ter que accionar os mecanismos legais para que ao abrigo do estatuto oposição seja dado conhecimento do relatório do IGAP referente a este assunto do loteamento das Glicínias.

Atendendo a que o Sr. Presidente a certa altura pediu um pedido de desculpas ao PSD, mas por outro lado não mostra o relatório, pois vamos ter que legalmente o fazer e que por isso por escrito. Era só para ficar registado de que o avisámos, que por um processo democrático que é a oralidade obtivéssemos essa confirmação. Não obtivemos, vamos ter de o fazer por escrito.

Por último a questão das Taxas. Ó Sr. Presidente eu fico perturbado de por a hipótese de estar a pedir uma Assembleia Extraordinária antes das férias para a Assembleia se poder pronunciar sobre ajustes às Taxas Não Urbanísticas! Quando há meio ano nós tínhamos alertado que estas Taxas eram um exagero. Quando o Sr. Presidente vem dizer é impraticável a aplicação das Taxas tal como foram aprovadas — isto foi o que nós dissemos. Isto nós tínhamos dito na nossa declaração de voto que ninguém nos ligou. E portanto agora passado 4 meses vem propor uma nova alteração das Taxas quando isto foi recusado pelo próprio Partido Socialista que não queria discutir mais o assunto, porque assim era que estava bem, porque todos os estudos tinham sido feitos e os técnicos é que sabiam, e o poder político é que sabia e que estava bem, agora vêm dizer que é impraticável a aplicação das Taxas e está a propor que haja certos utentes que não paguem as Taxas que deviam pagar!? Mas afinal como é que nós estamos? A própria Câmara à revelia de todos os regulamentos veio isentar de Taxas utentes que estão a usufruir de serviços do município e que não vão cobrar, não vão pagar as Taxas que deviam pagar? Parece-me que seja extremamente grave que seja pedido a esta Assembleia que num período tão curto faça uma actualização das Taxas. Estaremos cá para mais uma vez as aprovar ou não aprovar. Agora lamento é que este município continue a fazer leis encima do joelho numa ânsia de aplicar regulamentos e que depois se vê que não têm viabilidade. E que tendo nós PSD alertado que era impossível a aplicação dessas regulamentos tenham insistido para que esses regulamentos entrem em vigor. Agora têm as consequências têm que as assumir, não venham para cá novamente com alterações que são impraticáveis de se poder fazer e que é um abuso a esta Assembleia que num tão curto espaço de tempo tenhamos que novamente voltar a debruçarmo-nos novamente sobre esse assunto das Taxas Não Urbanísticas. Muito obrigado.”

Vogal Álvaro do Bem (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Sr. Presidente, desculpem voltar à carga novamente. Penso que o esclarecimento que o Sr. Presidente deu sobre a N109 faltam aqui alguns dados. Penso que a Câmara terá que ter tudo, mas as coisas têm de vir a um debate mais amplo. Na Assembleia às vezes discutem-se os problemas do micro e esquecem-se do macro, mas esta questão aqui é muito mais importante do que se possa imaginar. Ou seja que, é uma construção de uma casa que vai começar sem alicerce e sem telhado, que é o caso da N109, e vão começar pelas paredes sem alicerce e sem telhado. E para verem o ridículo da questão, e se abstendo da questão política que às vezes permite uns fait-divers que em nada engrandecem nem órgão nem engrandecem os responsáveis tanto de um concelho como doutro. Que eu saiba, o concelho em causa ao qual pertencamente foi aprovada a segunda e a terceira fase, nem podemos tratar por parede, porque de facto não é nem tecto, nem alicerces da zona, mas é o concelho que é central em relação à N109 e sobre as obras necessárias na N109. Se teria por necessidade o concelho de Vagos ter iniciado este processo, as coisas não teriam o sentido que têm agora. Reparem que a argumentação toda para este desígnio é que tem a ver com o acesso ao ICI! Que eu saiba o concelho de Vagos também necessita de um acesso ao ICI. De facto estamos a falar das paredes, continuamos a não falar do telhado nem dos alicerces. E quem procurar justificações para uma questão destas que já foi levantada nesta Assembleia há muito mais tempo do que agora, talvez prevendo que iria acontecer alguma coisa deste género, é vital para o nosso concelho que o plano da 109 avance num todo ou comece pelos alicerces. Todo o movimento a Sul do nosso concelho passa inevitavelmente por duas rotundas que estão por fazer. Estamos a falar não de alargamento e de municipalização — de rotundas. É ridículo que tudo o que seja relativo ao Sul do nosso concelho tenham de passar por um martírio quase diário que se agrava

continuadamente e que não tem nada a ver com o trânsito de pesados. Não tem nada a ver com o trânsito possível no ICI. E se nós já tivemos bons técnicos na Câmara, a verdade é que não há técnico nenhum que preveja que no futuro a nossa 109 com outro perfil não tenha o movimento agravado. A tendência normal e natural é os concelhos ao Sul também terem um acréscimo de novos habitantes. E a única entrada possível para a centralidade maior que é a cidade de Aveiro é pela 109. E estarmos a ocultar ou a tergiversar sobre questões tão fundamentais, espero eu que esta Assembleia tenha capacidade em altura certa de a nossa indignação passar tão somente das nossas intervenções e serem passadas para o papel e chegarem a quem de direito para que seja este ou qualquer outro Governo a tomar medidas.”

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

D

“(…) só por uma questão de deferência pessoal para com o Dr. Joaquim Marques, entregar-lhe-ei a carta do IGAT sobre esta matéria e espero que possam confirmar aquilo que eu disse. É exactamente aquilo que lá está. Portanto terei muito gosto em fazê-lo e será feito logo que possível.

Senhor deputado Armando Vieira, eu gostei muito da sua intervenção. Eu espero que realmente defenda sempre os interesses de Aveiro independentemente das sensibilidades partidárias e que possa de facto exercer a sua influência, designadamente a questão das fossas que referiu que possa ser rapidamente ser resolvida.

O senhor deputado sabe bem que temos o financiamento do saneamento da Freguesia de Oliveirinha (que é a única freguesia no concelho que ainda não tem a rede de saneamento completa) está pendente na CCDR! E, portanto, eu espero que possamos todos trabalhar em conjunto para que esse financiamento seja rapidamente desbloqueado.

De resto, as pessoas com dificuldades económicas, em todos os concelhos onde não há saneamento aqui à volta, têm de pagar o despejo das fossas. E quando, pela nossa parte, os casos em que a nossa Acção Social constatar que de facto há dificuldades, certamente serão encontrados os mecanismos para que as pessoas possam ter a qualidade de vida que todos queremos — e que as fossas possam ser despejadas. Sempre falámos em situações abstractas. Nunca tive conhecimento desta situação como agora me foi confrontada e, portanto, iremos ver isso como tem que ser.

De resto, sobre o plano de desclassificação, sobre o plano da N109. Eu queria sossegar o senhor deputado Manuel Coimbra. Todas as construções que têm vindo a ser autorizadas nestes últimos tempos estão de acordo com o plano para a N109, que a transforma numa avenida urbana e que está em vigor há muitos meses, talvez há mais de um ano que está aprovado e que tem vindo a ser seguido. E mesmo a construção daquele prédio circular junto à rotunda do Parque de Feiras, teve em conta esse plano. É um ponto especial desse plano porque de facto não respeita os 90 metros. Mas não respeita porque está naquele sítio. Está junto daqueles viadutos, daquela rotunda e em termos urbanísticos isso foi considerado como uma marca que valia a pena ter ali e sem prejuízo da distância de 90 metros entre os dois lados que em geral caracteriza a Avenida. Não perde portanto essa característica.

Bem, sobre a desclassificação da N109 já se disse tudo. Eu espero que, senhor deputado Manuel Coimbra, eu lamento muito, não sei se foi uma habilidade do meu colega Ribau, mas se foi eu tiro o meu chapéu — lamento é que este Governo se deixe levar por habilidades. Devia ter havido objectividade de critérios e, portanto, de uma forma ou de outra eu não posso senão lamentar. O projecto assumido por este governo, eu torno a lembrá-lo, era, foi dito oficialmente que estava aberto concurso para a requalificação de

toda a N109 entre Vagos e Cacia. Isso é que devia ter sido feito. Não, agora, o retalhar da N109 por razões que são subjectivas.

Sobre as Taxas queria dizer que não houve nenhuma isenção de Taxas. E como eu referi há pouco e gostava de sublinhar, nós não podíamos bloquear a aprovação de todo o Regulamento por causa de 4, 5 ou 8 taxas que houvesse o risco de serem desajustadas.

A boa defesa do interesse público recomendava que o Regulamento entrasse em vigor e que estes casos pontuais que foram depois identificados pudessem ser reajustados. É isso que estamos a fazer e julgo que esta Assembleia Municipal tem a responsabilidade, como tem dado mostras tantas vezes, de estar sempre disponível para numa Assembleia Municipal Extraordinária, se for necessário, fazer esse ajustamento. Não vejo que isso tenha nada de extraordinário a convocação de uma Assembleia Extraordinária para esse efeito.”

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião será no dia 02 de Julho (6.^a feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 29 de Junho de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)